

Reivindicações levadas a Brasília

Após assembleia em Tefé, Sindsep-AM expôs problemas ao CDE

Após assembleia geral realizada no dia 31 de maio em Tefé, onde ouviu diversas reivindicações de servidores sobre devoluções descabidas e avaliações incorretas, o secretário-geral do Sindsep-AM, Walter Matos, levou os fatos ao Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef e ao Ministério da Saúde, em Brasília. O encontro ocorreu nos dias 6 e 7 de junho.

Segundo Matos, diversas avaliações e devoluções de servidores públicos continuam sendo feitas de formas arbitrárias pelos gestores das cidades do Amazonas, o que tem prejudicado o trabalhador no processo de incorporação das gratificações em sua aposentadoria. O sindicalista fala que as avaliações não estão cumprindo a ritualística descrita na portaria 243, onde se diz que o servidor tem direito de se defender, recorrer e solicitar um termo de reconsideração.

“A avaliação de desempenho só pode ser realizada na presença do servidor. No Amazonas, isso não acontece. Em Tefé, por exemplo, os servidores não tiveram a oportunidade de se defender e nem de recorrer”, disse o secretário-geral, acrescentando que o próprio Ministério da Saúde concordou que as avaliações no Estado estão sendo feitas de forma errada, assim como as devoluções dos servidores.

Devoluções

Outra medida apresentada foi a mudança da portaria 243, que trata da devolução dos servidores. Na reunião, Matos destacou que os servidores, quando vão para os municípios, levam salário e gratificação integral, portanto, a prefeitura – que não paga essa mão de obra – não poderia realizar tal processo sem levar em consideração as normas descritas na legislação.

O secretário disse ainda que o gestor do município até pode devolver, desde que o servidor permaneça no município de origem, onde constitui família. Entre os trabalhadores devolvidos estão os que possuem larga experiência no combate as endemias.

“A questão que levantamos é justamente sobre o que o prefeito de uma cidade faz com o servidor estável que apresenta algum tipo de problema. Ele devolve para onde? Porque ele tem o direito de devolver, uma vez que não tem custo com esse servidor? O mais correto seria ele fazer uma gestão no sentido de melhorar a qualidade humana e profissional do funcionário”, salientou o secretário.

Insalubridade

Além desses assuntos, os

representantes discutiram sobre a 'Insalubridade' dos servidores, que atualmente não está sendo paga, ainda que muitos continuem trabalhando no campo. O Sindsep-AM entrou com ação na Justiça sobre o tema em 2013, e o ponto voltou à mesa de discussões por continuar sem uma solução definitiva.

Proposta

Uma das ações proposta pelo secretário-geral do Sindsep-AM para tentar resolver os impasses é a criação do Cadim (Comissão de Avaliação de Desempenho), que não existe no Amazonas. Walter Matos revelou, ainda, que o Sindsep-AM continuará fazendo contato com a coordenação do núcleo local do Ministério da Saúde para providenciar a criação deste polo no Estado.

“Esses problemas ocorrem no Amazonas por que não existe o Cadim, que auxilia nesse tipo de processo. Não conseguimos mensurar quantas devoluções são feitas no Estado. Para se ter uma ideia, enquanto estávamos em Brasília discutindo tal situação, ficamos sabendo que em São Gabriel da Cachoeira servidores estavam sendo devolvidos para Manaus. Precisamos mudar esse cenário e garantir que as avaliações sejam feitas de forma justa”, falou o sindicalista.

A assembleia em Tefé ocorreu na Paróquia de Santo Antônio, bairro de mesmo nome, reunindo servidores da ativa, aposentados e pensionistas; e foi uma oportunidade para que os associados pudessem falar dos assuntos de seu interesse, fazer suas reivindicações e citar os principais problemas enfrentados por lá. Durante o evento, aconteceu, ainda, uma eleição para a vaga na delegacia sindical do município, sendo eleito o colega Raimundo Ramos.

Mais de 60 servidores participaram do evento em Tefé



Acompanhando mobilização nacional convocada pelas centrais representativas dos trabalhadores brasileiros, diversas categorias em Manaus também estão se movimentando para um grande ato de paralisação em 10 de agosto, chamado de 'Dia do Basta'.

A ideia é literalmente levar para as ruas de todo o país um grito de 'basta' a todos os desmandos políticos e econômicos que vêm ocorrendo na gestão do golpista Michel Temer. O Sindsep-AM apoia o ato e convoca a todos os seus filiados a se fazerem presentes na mobilização em Manaus, cuja concentração inicia às 15h, na Praça da Polícia, centro da capital.

“Precisamos, mais do que nunca, estar unidos para reivindicar respeito aos nossos direitos e dizer 'basta' a tudo que esse governo ilegítimo vem fazendo contra a classe trabalhadora”, comenta o secretário geral, Walter Matos.

Em Manaus, representantes locais da CUT, Força Sindical, CTB, UGT, CSB e CSP-Conlutas, além do Dieese, já realizaram duas reuniões para traçar as estratégias de mobilização dos trabalhadores públicos e privados para o grande ato. A primeira ocorreu no dia 18 e a segunda no dia 25 de julho, ambas na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Em âmbito nacional, as bandeiras de lutas para esse 'Dia do Basta' se impõem, principalmente, sobre os direitos trabalhistas, que têm sido cada vez mais usurpados pelo governo Temer e sua corja no Congresso Nacional, mas também reflete outras angústias da classe operária. Por isso é preciso dizer 'basta' ao desemprego e à retirada de direitos, 'basta' ao aumento nos preços do gás de cozinha e combustíveis, 'basta' de privatizações e ainda 'basta' à ditadura do Judiciário, com a organização de um comitê por

'Lula livre'.

Conforme a presidente da CTB, Isis Tavares, uma das preocupações das lideranças trabalhistas é sobre como as entidades do movimento sindical vão dialogar com os mais de 30 milhões de brasileiros que estão desempregados e vendo seus direitos escorrerem pelo ralo, dentre eles uma grande parcela de jovens e outra de mulheres, que segundo o último levantamento do Ipea são os mais afetados pela falta de vagas formais.

Pensando nisso, as centrais sindicais construíram uma carta com 22 pontos, colocando suas prioridades para os candidatos a futuros dirigentes do país. “Dentre essas estão a revogação da Reforma Trabalhista, da EC95/16 e da terceirização”, informou a sindicalista, pedindo que os participantes levem para o ato do dia 10 cartazes e faixas com os nomes dos políticos do Amazonas que votam contra os direitos do povo.

Vitória da unidade

LDO 2019 sem dispositivo que proibia reajustes ao funcionalismo

Após a mobilização de várias categorias de servidores públicos, o Congresso Nacional aprovou, no dia 12 de julho, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, sem o dispositivo que proibia a concessão de reajustes ao funcionalismo, bem como a criação de cargos no serviço público federal. Até mesmo as medidas que teriam efeito a partir de 2020 foram suspensas. Para que fosse retirado da LDO, vários partidos governistas mudaram o entendimento e votaram a favor da exclusão do trecho.

A matéria seguiu para sanção presidencial, mas isso não significa ainda que o aumento dos servidores esteja garantido. Será preciso ainda muita luta. “Mesmo não prevendo reajustes, a mudança no texto pode ser considerada uma grande vitória do esforço feito pelos sindicatos e nossas confederações, pois garante a possibilidade de que eles possam ser concedidos nos próximos anos. Agora é partir para a batalha e tentar conseguir apoio para a nossa revisão. Não podemos ficar parados”, comenta o secretário geral do Sindsep-AM, Walter Matos.

A aprovação LDO sem o dispositivo que proibia a concessão de reajustes ao

funcionalismo federal em 2019 acendeu a esperança de diversas carreiras não contempladas com aumentos salariais e reestruturação de carreiras nos últimos anos.

Segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), cerca de 300 mil

É inadmissível que neguem serviços públicos de qualidade a que a população tem direito enquanto priorizam uma minoria que lucra com a retirada de direitos da classe trabalhadora

servidores federais já tinham sido beneficiados com acordos de recomposição salarial que foram transformados em lei. Essas categorias vêm recebendo correções em parcelas, com previsão de término em janeiro de 2019. Agora, outras carreiras poderão ser beneficiadas, totalizando 1, 050 milhão de funcionários públicos.

“Há categorias como PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo), Tecnologia Militar (Marinha, Exército e Aeronáutica), Trabalho e Previdência, Saúde e Tecnologia que

ainda não foram atendidas. O guarda-chuva dos que poderiam ser beneficiados agora é enorme”, diz Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef.

Conforme ele, a unidade e mobilização de todas as entidades representativas dos servidores, reunida nos seus principais fóruns (Fonasefe e Fonacate), os atos e pressões promovidos ao longo do período pré votação no Congresso mostram que é preciso continuar agindo nessa direção. Essa é uma vitória importante, mas ainda há muito o que avançar.

“Queremos a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95 que congela o setor público por 20 anos. Queremos a retomada das negociações, o cumprimento de acordos firmados e ainda pendentes, o reconhecimento à data base, à negociação coletiva, entre outros avanços fundamentais”, pontua Sérgio Ronaldo da Silva.

Para a Condsef, é inadmissível que neguem serviços públicos de qualidade a que a população tem direito enquanto priorizam uma minoria que lucra com a retirada de direitos da classe trabalhadora. A entidade calcula que a perda média do poder de compra dos servidores federais como um todo — acumulada de 2010 a 2018 — chega a 24%.

Livro conta a história do combate à malária no Amazonas

Com vasta experiência adquirida com grande quantidade de viagens pelos rios da Amazônia, o engenheiro agrônomo e sanitarista Raul Amorim, em parceria com a educadora em saúde Auxiliadora Barroso, escreveram o livro 'Malária no Amazonas: Registros e Memórias', lançado em março de 2017, pela editora Valer.

Além de sanitarista, Raul, de 74 anos, também é malariologista e, durante a década de 1960, trabalhou bastante com o programa de combate à malária no Amazonas. “Vivenciamos

todo o trabalho, pois íamos com as equipes visitar os principais locais com os focos da doença em todo o interior do Estado. Éramos técnicos e viajavamos muito naquela época, e em todas as margens dos rios, hospitais e postos de saúde havia muitos pacientes”, afirma.

Um dos principais objetivos da obra é não deixar o combate à doença cair no esquecimento. “A nação tem memória curta, os governantes atuais se esquecem do passado”, destaca o autor que fez questão de levar um exemplar do livro ao Sindsep-AM.



Sindsep-AM na 70ª Reunião da SBPC

Fórum de Entidades Sindicais da C&T protesta contra desmonte



Contra o 'desmanche' da área de ciência e tecnologia no Brasil, o Sindsep/AM participou em Maceió (AL), da 70ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

A entidade marcou presença no evento por meio do secretário de administração, Jorge Lobato, servidor de carreira do Inpa, que representou também o Fórum de Entidades

Sindicais da Carreira de Ciência e Tecnologia (C&T). Com o tema 'Ciência, Responsabilidade Social e Soberania', a reunião da SBPC aconteceu na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), com vasta programação no período de 22 a 28 de agosto.

O grupo aproveitou o evento para denunciar à população e a sociedade em geral a política de descaso e

desvalorização que o governo Temer promove no setor, além de cobrar das autoridades ações como a recomposição orçamentária das Instituições de pesquisa e a reposição de pessoal via concurso, dentre outras pautas. “Acreditamos que as ações nesse evento da SBPC foram essenciais no sentido de mobilizar a comunidade científica e a sociedade em geral contra a destruição do setor ora em curso”, ressalta Jorge Lobato.

Um dos principais momentos da SBPC ocorreu dia 23, quando o ministro da Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab, foi recebido sob protesto dos servidores.

Para o ministro, a fusão dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação é positiva, visto que oferece mais visibilidade e proximidades entre os setores. Com opinião divergente, os servidores dizem que a fusão, além de não ajudar, ainda trouxe muitos prejuízos ao setor.

Assembleia na Funai discute plano de carreira

Em assembleia geral com os servidores da Funai, dia 31 de julho, a direção do Sindsep-AM apresentou as novidades sobre o novo plano de carreiras para o órgão e campanha salarial de 2019, além de prestar alguns esclarecimentos por meio de sua assessoria jurídica.

Segundo o secretário de finanças, Menandro Abreu, a campanha salarial para 2019 já está em andamento e, até o fim deste mês de agosto, esperam um posicionamento acerca da pauta de reivindicações, que envolve, entre outras coisas, a reestruturação de algumas carreiras, como é o caso dos servidores da Funai.

“Infelizmente, diferente do governo anterior, neste não temos uma mesa de negociações para discutirmos essas questões, mas, independentemente do governo que esteja no poder, estamos e estaremos sempre na luta”, frisou.

O sindicalista lembrou ainda que,



apesar das dificuldades enfrentadas, os servidores conseguiram, por meio de muita mobilização, uma brecha na LDO para um possível aumento em 2019. “Ainda não há nada garantido, mas pelo menos o Congresso

derrubou o artigo 92, que impedia o reajuste”, disse, salientando que a briga agora é pela revogação da Emenda Constitucional (EC) 95, que congelou por 20 anos os investimentos no serviço público, incluindo a recomposição de vencimentos.

Já o secretário de filiação do sindicato, Adminildo dos Santos, ressaltou a importância da participação dos servidores no dia a dia da entidade, bem como da contribuição de cada um para a sustentação dessa ferramenta, que oferece benefícios a toda a categoria.

